

# No MT-Grupo de extermínio investigado pela PF tem 'braço' em Várzea Grande

A Polícia Federal cumpriu um mandado de condução coercitiva em Várzea Grande. A ordem judicial é relativa à operação Mors, desencadeada hoje em Rondônia e em Mato Grosso para desarticular um grupo de extermínio de pequenos infratores, organizado por policiais militares, civis, agentes prisionais e outros integrantes.

Bastava pagar para que fizessem a “limpeza da área”. Sem informar qual a identidade do envolvido de Várzea Grande na quadrilha, a PF disse apenas que ele não é servidor da Segurança Pública e também não quis precisar se é ele pistoleiro ou agia como intermediário do esquema de extermínio. O acusado prestou depoimento, na superintendência da PF, na capital mato-grossense, e em seguida foi liberado.

O “coração” do esquema, de acordo com o delegado Araquém Alencar, que concedeu entrevista coletiva à imprensa em Ji-Paraná (RO) sobre as investigações da Mors, é a cidade de Jaru, no interior de Rondônia.

De acordo com as investigações, o grupo criminoso era composto por policiais, agentes penitenciários, um jornalista e outras pessoas da cidade. Os policiais, envolvidos com a organização criminosa, começaram a realizar execuções como uma forma de justiça privada, da qual eram vítimas pequenos infratores locais e outros alvos.

Os crimes começaram a ocorrer de forma desenfreada e as execuções a ser realizadas pelas mais variadas e gratuitas razões, que iam desde cobranças de dívidas até crimes encomendados.

O modo de agir deste bando, conforme a PF, é comum entre grupos de extermínio.

Todos vão responder por extermínio, agiotagem, corrupção, lavagem de dinheiro, abusos de autoridade, ameaças, fraude processual, intimidação de testemunhas, porte, posse e comércio ilegal de armas de fogo, segurança particular ilícita e até tráfico de drogas. Somadas as penas podem chegar a mais de 70 anos de prisão.

A PF divulgou informando que cerca de 250 policiais federais estão cumprindo 49 medidas judiciais: 35 mandados de busca e apreensão e 14 mandados de prisão – na sua maioria, contra servidores públicos integrantes de órgãos de segurança pública do Estado.

O Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de Rondônia e o Poder Judiciário atuaram junto com a PF, que usou aeronaves e helicópteros da instituição para efetivar as prisões.

O que chamou a atenção da PF, inicialmente, para este caso foi a grande quantidade de mortes ocorridas em Jaru, concentradas em um curto período do ano de 2014.

Todos os assassinatos seguiam um mesmo ritual e eram realizados por grupo de dois homens em uma moto preta.

Até o momento, dez mortes já foram identificadas como sendo de autoria da organização.

As vítimas eram testemunhas dos crimes cometidos pelos policiais ou pessoas endividadadas, que não tinham condições de saldar seus débitos. Também usuários de droga teriam sido assassinados nesse período.

Mais de 100 assassinatos estão sendo investigados e poderão ser atribuídos à organização criminosa. Dentre os mortos estão ex-presidiários, detentos do regime carcerário, empresários e

um advogado da cidade. Os crimes promovidos pelos integrantes da organização criminosa ficaram conhecidos como “assassinatos da moto preta”.

Também foram alvo do grupo um juiz e um promotor da cidade, que tiveram suas casas alvejadas por disparos de arma de fogo. Há informação de que outras autoridades também teriam sido alvo de coação por parte do grupo, como autoridades da própria Polícia Militar e também populares.

**Fonte: Só Notícias/Gazeta Digital**

**“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”**

**Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br**